



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora  
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120  
DDD (0\*\*85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: [corregedoria@tjce.jus.br](mailto:corregedoria@tjce.jus.br)

**Inspeção realizada na Vara Única de São Benedito/CE**

**RELATÓRIO**

**Portaria nº 09/2019/CGJCE**

**Desembargador Corregedor Geral da Justiça:**

Desembargador Teodoro Silva Santos



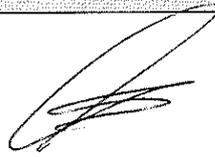
**Juiz Corregedor Auxiliar:**

**Dr. FERNANDO TELES DE PAULA LIMA**

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b> (dados coletados do FICOVI)	
Processo	CPA Nº 8500899-15.2019.8.06.0026
Unidade	VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
Entrância	INTERMEDIÁRIA
Endereço	AV. TABAJARA,S/N, BAIRRO CORRENTE
Período da Correição	11/04/2019.
Portaria	Nº 09/2019. - PUBLICADA EM, 11/02/2019

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b> (dados coletados do FICOVI)	
Nome: <b>FÁBIO RODRIGUES SOUSA</b>	Matrícula: <b>23.822</b>
<input type="checkbox"/> Juiz de Direito <input type="checkbox"/> Juiz Substituto <input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Exercício cumulativo: <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? <b>Janeiro/2019:</b> São Benedito, Carnaubal,,Ubajara, Ipu e Guaraciaba do Norte. <b>Fevereiro/2019:</b> São Benedito, Carnaubal, Ubajara,Ipu e Guaraciaba do Norte. <b>Março/2019:</b> São Benedito, Carnaubal,,Ubajara , Ipu e Guaraciaba do Norte.
Ingresso na Magistratura: 25/02/2016.	Ingresso na Vara: 24/07/2017. E em respondência- 17/12/2018.
O juiz reside na Comarca?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual? COMAN e CEJUSC
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O Juiz exerce a função de magistério?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL</b> (dados coletados do FICOVI)		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO – MAT.93.512</b>		
<b>3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>02</b>



ANTÔNIA ALVES DO NASCIMENTO COSTA – MAT.3242		
MARIA LUCI PIO MARTINS- MAT. 3070		
<b>3.4 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>04</b>
ELZA GONÇALVES VERAS		
LIDUINA AGUIAR SOARES		
NHANDEYJARA DE CARVALHO COSTA		
PAULO ROBERTO RODRIGUES DE SOUSA		
<b>3.5 CEDIDOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>08</b>
AURICLEA DE MELO SOUSA FALES		
FRANCISCO JARDEL FARIAS DE OLIVEIRA		
GILCIRENE MOREIRA ROCHA		
JOÃO PAULO ARAÚJO LIMA		
JHONANTAN DA COSTA RIBEIRO		
ISAMARA DO VALE SILVA MARTINS		
NELSON FRANCISCO VIDAL DA CUNHA		
MARIA DA PENHA RIBEIRO SOARES PINTO		
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
MARIA RAFAELLE FERNANDES MARQUES		
<b>3.7 ASSISTENTE</b>		
CÉSAR RODRIGUES MELO		
<b>3.8 SUPERVISOR</b>		
ANTÔNIA ALVES DO NASCIMENTO COSTA		

<b>4 DO PROMOTOR</b> (dados retirados do FICOVI)	
Nome: OIGRÉSIO MORES	Ingresso na Vara: 18/10/2017
<input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais? CARNAUBAL

<b>5 DO DEFENSOR PÚBLICO</b> (dados retirados do FICOVI)	
Nome: PREJUDICADO.	Ingresso na Vara:
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

<b>6 DA UNIDADE JUDICIÁRIA</b> (dados coletados junto à Unidade Inspeccionada)
--

Competência:	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Cível	
<input type="checkbox"/> Recuperações de Empresas e Falências	<input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões
<input type="checkbox"/> Fazenda Pública	<input type="checkbox"/> Registros Públicos
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Criminal	
<input type="checkbox"/> Júri	<input type="checkbox"/> Auditoria Militar <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas
<input type="checkbox"/> Execução Penal <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas	
<input type="checkbox"/> Corregedoria dos Presídios	
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Especializada	
<input type="checkbox"/> Execução Fiscal	<input type="checkbox"/> Crimes contra a ordem tributária <input type="checkbox"/> Infância e Juventude
<input type="checkbox"/> Juizado Cível	<input type="checkbox"/> Juizado Criminal <input type="checkbox"/> Juizado da Fazenda Pública
<input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<b>6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL</b>	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Possui acessibilidade? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estrutura física: <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssima	
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.2 MOBILIÁRIO</b>	
Mobiliário:	<input type="checkbox"/> Suficiente <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssimo
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>	
Equipamentos à disposição:	<input checked="" type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Insuficiente
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE</b>	
Há falta de material de expediente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Reclamações/constatações:</b>	

<b>7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)</b>	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	
Processos são cadastrados no CPA	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

<b>8 DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há ações pendentes de distribuição?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição FICARAM NO MÁXIMO, TRÊS DIAS.	

<b>9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
---	--



Competência:	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Cível	
<input type="checkbox"/> Recuperações de Empresas e Falências	<input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Sucessões
<input type="checkbox"/> Fazenda Pública	<input type="checkbox"/> Registros Públicos
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Criminal	
<input type="checkbox"/> Júri	<input type="checkbox"/> Auditoria Militar <input type="checkbox"/> Delitos de Tráfico de Drogas
<input type="checkbox"/> Execução Penal <input type="checkbox"/> Execução de Penas e Medidas Alternativas	
<input type="checkbox"/> Corregedoria dos Presídios	
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<input checked="" type="checkbox"/> Jurisdição Especializada	
<input type="checkbox"/> Execução Fiscal	<input type="checkbox"/> Crimes contra a ordem tributária <input type="checkbox"/> Infância e Juventude
<input type="checkbox"/> Juizado Cível	<input type="checkbox"/> Juizado Criminal <input type="checkbox"/> Juizado da Fazenda Pública
<input type="checkbox"/> Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
Possui especialização? <input type="checkbox"/> Sim, qual? <input type="checkbox"/> Não	
<b>6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL</b>	
O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Possui acessibilidade? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Estrutura física: <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input checked="" type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssima	
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.2 MOBILIÁRIO</b>	
Mobiliário:	<input type="checkbox"/> Suficiente <input checked="" type="checkbox"/> Insuficiente
Estado de conservação do mobiliário?	<input checked="" type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Péssimo
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA</b>	
Equipamentos à disposição:	<input checked="" type="checkbox"/> Suficiente <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Insuficiente
<b>Reclamações/constatações:</b>	
<b>6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE</b>	
Há falta de material de expediente?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<b>Reclamações/constatações:</b>	

<b>7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)</b>	
Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:	
Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade	
Processos são cadastrados no CPA	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não

<b>8 DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Há ações pendentes de distribuição?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição FICARAM NO MÁXIMO, TRÊS DIAS.	

<b>9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)</b>	
---	--



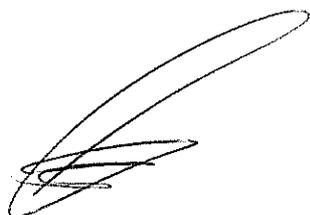
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	( X ) Sim ( ) Não
Como é feito?	

<b>10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA</b> (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Processos Físicos	( X ) SAJ Físico
Processos Digitais	( ) SAJPG ( ) PJe

<b>11 DO ACERVO PROCESSUAL</b> (dados coletados do último relatório de inspeção e do FICOVI)	
Acervo na data da inspeção:5.806	
Acervo na última inspeção:5.782	
( ) Diminuiu ( X ) Aumentou	Diferença:24

<b>12 PRODUTIVIDADE</b> (dados coletados do Sistema SEI)		
<b>12.1 Gestão de desempenho (Ano:2019)</b>		
Processos novos	497	
Processos pendentes de julgamento	4464	
Processos julgados	260	
Processos pendentes de baixa	5522	
Processos baixados	284	
Taxa de congestionamento	81,30%	
<b>12.2 Gestão do acervo (Mês:abril /Ano2019)</b>		
Processos conclusos para sentença	586	
Processos julgados e não baixados	1.058	
Processos entrados no mês	69	
Processos julgados no mês	18	
Processos baixados no mês	80	
<b>12.3 Processos prioritários</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	156
	Pendente de Baixa	200
Réu Preso	Pendente de Julgamento	95
	Pendente de Baixa	106
Doença Grave	Pendente de Julgamento	07
	Pendente de Baixa	08

<b>13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO</b> (dados coletados do sistema produtividade)
--



<b>MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 01/03/2018 01/04/2019 (12 MESES TRABALHADOS)</b>
<b>Despachos: 434</b>
<b>Decisões : 138</b>
<b>Sentenças com resolução de mérito: 38</b>
<b>Sentenças sem resolução de mérito: 45</b>
<b>Sentenças de homologação de acordos: 25</b>
<b>Sentenças de Extinção de punibilidade: 16</b>
<b>Suspeições e/ou impedimentos declarados : 0</b>
<b>Sessão do Júri: 02</b>
<b>Audiências marcadas para o juiz: 152</b>
<b>Audiências realizadas: 103</b>
<b>Autos conclusos para sentença há mais de 100 dias: 43</b>
<b>Autos conclusos para ato judicial diverso de sentença há mais de 100 dias: 250</b>
<b>Improbidade Administrativa: 0</b>
<b>Crimes Contra a Administração Pública: 0</b>

<b>14 SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS (dados coletados do FICOVI)</b>	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS</b>	
Para Sentença	240
Para Decisão	60
Para Despacho	1160
Liminares Pendentes de análise	0
É feito algum controle em processos no qual é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	( ) Sim ( ) Não
Se sim, como é feito esse controle?	
<b>14.2 PROCESSOS PARALISADOS (dados coletados do SEI)</b>	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 100 e 180 dias	235
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 365 dias	286
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 365 dias	<b>598</b>
Total	

<b>15 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (dados coletados junto a unidade inspecionada)</b>	
<b>15.1 NA SECRETARIA</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	( ) diária ( X ) semanal ( ) quinzenal ( ) mensal ( ) não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	( X ) sim ( ) não Explique:
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	( X ) sim ( ) não Explique:
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	( X ) sim ( ) não Explique:
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	

Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
A divisão do trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por dígito do processo <input checked="" type="checkbox"/> por matéria <input checked="" type="checkbox"/> por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Como é feita a abertura de Malote Digital	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Periodicidade:
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Periodicidade:
É utilizado o BNMP 2.0?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input checked="" type="checkbox"/> sim- TRÊS <input type="checkbox"/> não Quanto?
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Há conciliador nomeado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Conciliador é servidor efetivo?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Explique:A DELEGAÇÃO DE ATOS ORDINATÓRIOS DELEGADOS AOS SERVIDORES PELO MAGISTRADO.
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não

<b>Gestão de Pessoas</b>	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito:08 SERVIDORES . 02 BACHARÉIS EM DIREITO.	
<b>Satisfação do Cliente</b>	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
<b>15.2 NO GABINETE</b>	
<b>Gestão Estratégica</b>	
Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input type="checkbox"/> diária <input checked="" type="checkbox"/> semanal <input type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? AS PRIORIDADES. <input type="checkbox"/> não, por que?
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, período:ABRIL/2018. <input type="checkbox"/> não
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
A divisão de trabalho é feita:	<input checked="" type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?

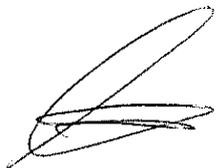
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SERASAJUD?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não, por que?
O Sistac é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
<b>Gestão de Pessoas</b>	
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? <input type="checkbox"/> não
O Juiz estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <input type="checkbox"/> não
O Juiz realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?

<b>16 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES (dados coletados junto ao FICOVI)</b>	
Total de Audiências realizadas	<b>1068</b>
Audiências cíveis realizadas	<b>583</b>
Audiências criminais realizadas	<b>405</b>
Audiências infância e Juventude realizadas	<b>38</b>
Audiências de custódia realizadas	<b>42</b>
Processos aguardando a designação de audiências	<b>686</b>
Processos aguardando a realização de audiência	<b>61</b>
Audiência designada com a data mais distante	<b>07/05/2019.</b>
Tempo médio para realização das audiências	

<b>17 TRIBUNAL DO JURI (dados coletados junto ao FICOVI)</b>	
Quantidade de Processos	<b>56</b>
Juris realizados (últimos 12 meses)	<b>21</b>
Juris pendentes de realização	<b>53</b>
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	<b>03</b>
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	<b>22</b>

<b>18 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>18.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação

0008333-02.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT com pedido de liminar autuada em, 14/03/2017. Audiência de Conciliação designada para o dia 14/08/2017. Processo concluso , desde 12/06/2018. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0009576-78.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança autuada em, 30/10/2017. Foi designada Audiência de Conciliação para a data de 29/01/2018. Após , foi feito conclusão, desde 12/06/2018. Impulso oficial.
0040066-15.2014.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer autuada em, 05/09/2014. Audiência realizada em, 20/10/2014. Foi certificado , às fls. 73, que decorreu o prazo e feito conclusão , em 24/04/2017. Processo concluso desde 25/04/2017. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0007553-38.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Obrigação de Fazer autuada em, 25/10/2012. Audiência de Conciliação designada para 10/12/2012. Processo parado , desde 07/02/2017. À conclusão para o devido impulso oficial.
0016173-29.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de indenização por dano moral e material, autuada em 07/02/2018. Audiência de Conciliação marcada para a data de 02/04/2018. Processo concluso , desde 10/09/2018. À conclusão para o devido impulso oficial.
<b>18.2 CARTAS PRECATÓRIAS</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0001347-61.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória Cível , protocolada em, 11/03/2019, Despacho em, 12/03/2019, para cumprir a determinação. Foi entregue o mandado de citação ao Oficial de Justiça em, 28/03/2019.
0001356-23.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória protocolada em, 01/03/2019. Despachada em, 01/03/2019, para cumprir a determinação. Em 08/03/2019, foi entregue ao Oficial de Justiça o mandado para cumprimento.
0016938-97.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória autuada em, 06/07/2018. Despachada em, 10/07/2018, para cumprir a diligência deprecada. Mandado entregue ao Oficial de Justiça em, 11/07/2018. À Secretaria para cobrar a devolução do mandado.
0001462-82.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória autuada em, 15/03/2019. Despachada em, 15/03/2019, para cumprir a diligência deprecada. À Secretaria de Vara para marcar a data da Audiência , conforme despacho de fls. 19.



0001344-09.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Carta Precatória autuada em, 15/03/2019. Despachada em, 15/03/2019, para cumprir a diligência deprecada. À Secretaria de Vara para marcar a data da Audiência, conforme despacho de fls. 13.
<b>18.3 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0008493-27.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade, autuada em, 24/04/2017. Sentença prolatada em, 22/05/2018. Recurso de Apelação interposto em, 18/07/2018. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 86, datado de 07/10/2018. Expedientes necessários.
0097921-88.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência c/c Reparação por Danos Morais, autuada em, 17/11/2015. Audiência de Conciliação designada para o dia 26/01/2016. Em 06/09/2016, os autos passaram por inspeção interna, sendo determinado que se officie a parte promovida. Ofício encaminhado em, 09/11/2016. Aguardando resposta até a presente data.
0010365-14.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade autuada em, 05/09/2016. Sentença publicada em, 10/01/2018. Recurso de Apelação interposta em, 08/10/2018. Certidão de publicação de relação, às fls. 65. À Secretaria de Vara para certificar eventual decurso de prazo. Após, à conclusão.
0010301-04.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência autuada em, 24/08/2016. Audiência de Conciliação designada para a data de 10/10/2016. Sentença proferida em, 23/04/2018. Recurso recebido em, 05/12/2018. Disponibilizado no Dje em, 21/02/2019. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo, após à conclusão.
0009563-79.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Cível Previdenciária autuada em, 13/10/2017. Despacho às fls. 45, em 26/03/2019, determinando que a Secretaria designe data para a Audiência de Instrução, para a colheita do depoimento pessoal do autor.
<b>18.4 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ- ENASP</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0007095-84.2013.8.06.0163	Visto em Inspeção. Meta-02. CNJ. Enasp. Processo em fase de instrução.
0005424-31.2010.8.06.0163	Visto em inspeção. Meta-02. CNJ. Enasp. Em fase de instrução.
0007395-80.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Meta-02. CNJ. Enasp. Instrução pendente.
0009140-22.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Meta-02. CNJ. Enasp. Instrução ainda não realizada.
0006678-68.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Meta-02. CNJ. Enasp. Instrução pendente de conclusão.
<b>18.5 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ</b>	



Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0097721-81.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 13/10/2015. Requerido notificação no ano de 2016. Feito paralisado, embora tenha havido inspeção, em 24/07/2018. Morosidade na condução do feito.
0097690-61.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade. Inicial recebida, no que concerne a Teresa de Aguiar Gurgel, em 22/08/2016. Feito paralisado, desde 05/09/2018.
0016921-61.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade. Protocolada em, 04/07/2018. Apresentação de manifestação preliminar, devendo ser dado impulso oficial acerca do recebimento ou não da inicial.
0010152-08.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade, protocolada em 10/08/2016. Houve concessão de tutela de urgência, fls. 189/2016, suspensa, em razão da decisão de fls. 400/406. Última decisão, em 05/07/2018.
0007630-47.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade autuado em, 14/11/2012. Decisão lançada às fls. 865, 4º VOL., indeferindo a tutela de urgência postulada.
0097484-47.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Improbidade protocolada em, 04/09/2015. Inicial recebida em, 04/07/2018, devendo ser dado impulso oficial, nos respectivos apensos.
0100573-95.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Civil Coletiva protocolada, em 07/10/2016. Sentença proferida, sem resolução do mérito.
<b>18.6 MANDADOS DE SEGURANÇA</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000607-40.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Mandado de Segurança, com pedido de liminar, protocolada em 30/10/2018. Processo maduro para sentença.
0009589-14.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 09/05/2016. Processo maduro para sentença, com brevidade.
0009379-26.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 04/09/2017, com pedido liminar. Processo sentenciado em 03/09/2018.
0009691-36.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Mandado de Segurança impetrado em 01/06/2016, com pedido liminar, o qual restou indeferido, fls.75/78. Processo sentenciado, em 26/03/2018.
00000112-93.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Mandado de Segurança impetrado, em 06/08/2018, com pedido liminar pendente de apreciação.
<b>18.7 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006327-61.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Alimentos autuada em, 04/03/2013. Encaminhado Carta Precatória em, 18/03/2019, conforme o recibo de envio de fls. 64. Aguardando a conclusão da carta precatória.

0009814-97.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de execução de prestação alimentícia auçada em, 21/11/2017. Carta Precatória expedida em, 04/04/2018, devidamente cumprida. À Secretaria de Vara para certificar eventual decurso de prazo.
0009035-79.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Guarda com antecipação de tutela auçada em, 21/01/2016. Carta precatória expedida em, 21/10/2016. Despacho , às fls. 41, para citação da parte promovida. À Secretaria para cumprir o despacho retro, datado de 13/03/2019.
0006912-16.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de prestação alimentícia auçada em, 13/06/2013. Audiência de instrução designada para a data de 25/06/2018, deixou de ser realizada em virtude da falta de tempo hábil para cumprimento da carta precatória. Às fls. 81, termo de audiência datado de 02/10/2018, com determinação à Secretaria para redesignar a audiência e intimar a representante legal dos autores. Expedientes necessários.
0007561-78.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Alimentos auçada em, 09/09/2013. Audiência de Conciliação designada para 10/01/2014. Último despacho, às fls. 41, em 16/01/2018, determinando que a Secretaria designe a data para a Audiência de Instrução.
<b>18.8 PROCESSOS RELACIONADOS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE- CRIME</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000809-17.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Representação por ato infracional , protocolada em 29/01/2019. Representação recebida e internação provisória decretada, em 29/01/2019. Feito sentenciado, em 11/03/2019.
0048986-51.2014.8.06.0163	Visto em inspeção. Representação pela prática de ato infracional ofertada em 06/11/2014. Representação recebida . Internação provisória decretada em 19/12/2014, revogada em 21/06/2016. Feito sentenciado, em 15/05/2019, em razão da maioria dos representados.
0006306-22.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Representação por ato infracional protocolada em 27/02/2012. Audiência de apresentação , em 05/12/2012. Sentença declarada extinta e pretensão de aplicação de medida sócio- educativa, em razão da maioria.
0016250-38.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Representação . Prática de suposto ato infracional, protocolada em 27/02/2018. Internação provisória decretada. Representação recebida, em 26/02/2018. Audiência de Instrução e Julgamento realizada, em 07/03/2018. Feito sentenciado em audiência.
0016525-84.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Representação. Ato infracional, protocolada em 23/04/2018. Audiência de apresentação realizada em 22/01/2019. Aguardando remessa de laudo definitivo das drogas apresentadas.
<b>18.9 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS</b>	

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0016768-28.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Réu preso. Denúncia ofertada, em 22/06/2018 e recebida, em 06/04/2018. Certidão emitida por estagiário, fls. 57. Instrução pendente de conclusão, 26/02/2019. Impulso Oficial.
0009837-43.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação penal ofertada, em 28/05/2018. Denúncia recebida, em 28/06/2018. Certidão de fls. 111, emitida por estagiária, o que é defeso por lei. Processo aguardando impulso oficial.
0097964-25.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Penal. Denúncia ofertada em 18/01/2016, recebida em 14/12/2016. Feito sentenciado, em 26/03/2018.
0000033-17.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Penal, protocolada em 04/09/2018. Denúncia recebida, em 06/09/2018. Aguardando cumprimento de precatória.
0001142-32.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Penal. Denúncia ofertada em 06/03/2019 e recebida em 07/03/2019.
<b>18.10 EXECUÇÃO PENAL</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
É utilizada a calculadora do CNJ? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não, por que?	
Atestado de Pena a cumprir é expedido anualmente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não, por que?	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0001567-59.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Execução da Pena. Sentença condenatória transitada em julgado em, 25/04/2018. À Secretaria para designar a Audiência de Admonitória. Expedientes necessários, conforme despacho de fls. 18, datado de 02/04/2019.
0001566-74.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Execução da Pena. Sentença condenatória transitada em julgado em, 25/04/2018. À Secretaria para designar a Audiência de Admonitória. Expedientes necessários, conforme despacho de fls. 19, datado de 02/04/2019.
0001555-45.2019.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Execução da pena. Sentença transitada em julgado em, 03/05/2018. À Secretaria para designar a Audiência de Admonitória. Expedientes necessários, conforme despacho de fls. 17, datado de 27/03/2019.
0000419-47.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Execução da Pena. Foi realizada a Audiência Admonitória em 12/03/2019. À Secretaria para expedir Alvará em favor da vítima e intimá-la para o recebimento do mesmo.
0000790-11.2018.8.06.0163	Visto em inspeção. Trata-se de Execução da Pena. Apenado preso preventivamente por cometimento de novo crime. Processo sobrestado até que ocorra a soltura do acusado. Aguardando em Secretaria.
<b>18.11 ALVARÁ JUDICIAL</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>



0097464-56.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Alvará Judicial protocolado , em 02/09/2015. Último despacho em 17/04/2018. Cobrar resposta acerca do ofício de fls. 35.
0010569-58.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Alvará Judicial protocolada, em 06/10/2016.
0010592-04.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Alvará Judicial protocolado em 06/10/2016. Feito paralisado desde 29/08/2018. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0010635-38.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Alvará Judicial , protocolado em 18/10/2016. Feito paralisado desde 12/06/2018. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0006684-41.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Alvará Judicial- Cível, protocolado em 09/05/2013. Último despacho, em 16/04/2015. Feito paralisado desde 16/04/2015. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
<b>18.12 REGISTRO PUBLICO</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0098013-66.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Suprimento de óbito, protocolada em 26/11/2015. Despacho lançado, em 12/11/2018, determinando a emenda de inicial.
0096642-67.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Suprimento de nascimento, protocolada em, 16/04/2015. Processo , ainda, em fase de instrução.
0007925-50.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Anulatória de Registro Civil, protocolada em 29/10/2013. Feito sentenciado, em 26/11/2018.
0008011-21.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de retificação de registro civil protocolada em, 20/11/2013. Feito sentenciado, em 11;01/2019.
0008317-48.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de restituição de registro civil, em fase de instrução.
<b>18.13 CURATELA</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0006496-19.2011.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Curatela. Processo paralisado, desde 17/07/2018.
0097809-22.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de interdição em fase de perícia médica.
0008303-64.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Interdição em fase de instrução.
0009981-51.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Interdição protocolada em 06/07/2016. Instrução não concluída.
0010765-28.2016.8.06.0163	Visto em inspeção. Interdição protocolada em 09/11/2016. Não houve interrogatório. Último despacho lançado à fls. 34, em 09/10/2018.
<b>18.14 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI</b>	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0049444-68.2014.8.06.0163	Visto em inspeção. Denúncia ofertada , em 30/10/2014, recebida em 29/05/2015.

0001340-89.2007.8.06.0163	Visto em inspeção. Processo incluído em pauta , para sessão do Tribunal do Júri, em 08/05/2019.
0009115-09.2017.8.06.0163	Visto em inspeção. Denúncia ofertada, em 03/10/2017, recebida , em 11/10/2017. Réu pronunciado, em 31/07/2018.
0004721-03.2010.8.06.0163	Visto em inspeção. Processo pronto para inclusão em pauta na Sessão do Tribunal do Júri.
0016170-74.2018.8.06.0163	Visto em Inspeção. Denúncia ofertada, em 28/05/2018, recebida em 31/05/2018. Instrução concluída. Processo incluído em pauta para Sessão do Juri.

19 PROCESSOS MAIS ANTIGOS EM TRAMITAÇÃO	
Processo	Movimentação
0006730-64.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de inventário, protocolada em 22/05/2012. Primeiras declarações apresentadas, em 02/08/2012.
0006524-50.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Inventário protocolada, em 17/04/2012.
0007484-06.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Inventário, protocolada em 16/10/2012. Processo paralisado, desde 14/12/2012. Dar impulso oficial.
0006995-66.2012.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Inventário. Feito protocolado , em 16/07/2012. Feito paralisado , desde 20/09/2012, aguardando decisão acerca do que restou postulado às fls. 39/40. Processo com tramitação estagnada.
0006235-54.2011.8.06.0163	Visto em inspeção. Inventário , autuado em 23/08/2011, paralisado desde 14/11/2012.
0096301-41.2015.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Civil protocolada em 19/02/2015. Paralisada, desde 10/01/2018.
0005538-33.2011.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação Civil ( Estatuto do Idoso), autuada em 14/04/2011.
0007254-27.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de reintegração de Posse, autor Município de São Benedito, protocolada , em 05/08/2013. Anunciado o julgamento antecipado da lide, em 20/09/2013. Processo estagnado, desde 19/06/2015.
0004965-78.2000.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Reintegração de Posse, autuada, em 02/03/1995. Processo concluso para sentença, desde 06/07/2017. Impulso Oficial, com urgência.
0007116-60.2013.8.06.0163	Visto em inspeção. Ação de Nulidade de Compra e Venda (Meta 2) protocolada, em 10/07/2013, conclusa para sentença, desde 28/09/2017.

20 ESTABELECIMENTO PRISIONAL (dados coletados do FICOVI)	
20.1 INFORMAÇÕES GERAIS- ATUALMENTE DESATIVADA	
Nome do Prédio	
Endereço	
Quantidade de celas	
Capacidade de cada cela	
Existe cadastro/controlê de presos provisórios?	( ) Sim ( ) Não
20.2 QUANTIDADE DE PRESOS	



	Masculino	Feminino
Presos provisórios	55	
Regime Fechado	42	
Regime Semiaberto	29	
Regime Aberto	31	01
<b>Total</b>	157	01
<b>20.3 RECLAMAÇÕES DOS PRESOS</b>		

<b>21 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ</b> (dados coletados do FICOVI)	
<b>21.1 Meta 1</b>	
Até o mês de janeiro de 2019, foram distribuídos 2002 processos (sem distinção entre conhecimento e execução) e julgados 1607 processos (sem distinção entre processos de conhecimento e execução).	
<b>21.2 Meta 2</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	1668
<b>21.3 Meta 4</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	48
<b>21.4 Meta 6</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	04
<b>21.5 Meta 8</b>	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	40

<b>22 PROJETOS</b> (dados coletados junto à Unidade inspecionada)	
<b>22.1 PROJETO PAI PRESENTE</b>	
Projeto está implantado: ( X ) Sim ( ) Não	Portaria de implantação: 05/2012.
Ações realizadas: Requisição das informações necessárias ao Cartório de Registro Civil.	
<b>22.2 PROJETO DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO</b>	
Há unidades interligadas implantadas: ( X ) Sim ( ) Não	
Se não houver, como está ocorrendo o registro de crianças:	
<b>22.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	( X ) Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	( X ) Sim ( ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	( X ) Sim ( ) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	( X ) Sim ( ) Não

<b>23 NORMATIVOS IMPORTANTES</b> (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)		
Normativo	Conteúdo	Aplicação
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	( ) Sim ( X ) Não
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do	( X ) Sim ( ) Não



	Código de Processo Civil.	
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	( X ) Sim ( ) Não
Provimento nº 01/2016/CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.	( X ) Sim ( ) Não

<b>24 RECLAMAÇÕES</b>

<b>25 RECOMENDAÇÕES</b>
<b>25.1</b> Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2018, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º grau);
<b>25.2</b> Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados,



	principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
25.3	Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais
25.4	Promover maior agilidade e fiscalização, quando da elaboração de despachos relativos a realizações de audiências, os quais ficam parados por tempo demasiado.
25.5	Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, <i>ex officio</i> , o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;
25.6	Evitar o agendamento de audiências para o período em que o magistrado estiver em gozo de férias e envidar esforços no sentido de diminuir o número de audiências não realizadas.
25.7	Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.
25.8	Movimentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
25.9	Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias.
25.10	Cobrar de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias, com envio de ofício à COMAN
25.11	Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação
25.12	Proceder o imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP, (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas), de modo a garantir que recebam tramitação prioritária;
25.13	Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018), de modo a garantir que recebam tramitação prioritárias;
25.14	Expedir o atestado de pena a cumprir anualmente em todos os feitos, o que deve ocorrer até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, com sua respectiva entrega ao apenado, conforme determina o art. 12, III, da Resolução nº 113 do CNJ.
25.15	Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação nos mandados de segurança em tramitação.
25.16	Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos, com o fim de verificar a existência de benefícios dos internos ou mesmo da consumação da prescrição.

## 26 CONCLUSÃO

### Possíveis Cenários Encontrados nas Unidades

**Unidade com problemas, mas sem necessidade de repercussões na esfera disciplinar, devendo ser feitas recomendações para o magistrado sancione a vara, bem como fornecido prazo para mudanças:**

Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação jurisdicional da Vara Única da Comarca de São Benedito não se encontra satisfatória.

Podemos perceber que os feitos não estão tramitando regularmente, não sendo observadas, em muitos processos, as recomendações feitas na última inspeção realizada pela CGJ, já que a unidade possui um enorme acervo de processos parados por tempo demasiado e aparenta não monitorar a efetivação das Metas do CNJ.

Por outro lado, não podemos deixar de consignar que é de conhecimento desta Casa Censora que, na Unidade inspecionada, inexistente carência de pessoal, o que falta é a presença constante de um Magistrado de segunda a sexta, visto que o juiz, que ora responde pela Comarca de São Benedito, comparece apenas três dias na semana, o que é insatisfatório, em decorrência do elevado acervo processual.

Todavia, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que **a unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo**, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2 e Meta 4 do CNJ, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, informando uma previsão para julgamento daqueles feitos que já se encontram conclusos para esse fim, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Registre-se que é defeso ao estagiário emitir e subscrever certidões, irregularidade verificada por esse Juiz Corregedor em alguns processos, acima planilhados. Em muitos processos, com prioridades por força de lei, tais como: idosos, infância e



juventude e execução penal, o magistrado despacha e os expedientes demoram para serem confeccionados, atrasando , por via de consequência, a efetivação das decisões proferidas. Sugiro que o juiz, ao despachar, designando audiência , já deixe registrada a respectiva data, procedimento não observado em muitos feitos inspecionados.

Portanto, constatou-se que, neste momento, apesar das falhas, acima apontadas, estas não são tão graves a ponto de justificar o aprofundamento da matéria, no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Os esforços do Magistrado à frente dessa Unidade, bem como da equipe de funcionários, não são suficientes para garantir o desempenho dos serviços judiciais, os quais não são prestados com a regularidade necessária, em razão do juiz responder por outras Unidades , quais sejam: Carnaubal, Ubajara, Ipu , Guaraciaba do Norte e Croatá . As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis. Entretanto, mister se faz a presença de um Juiz Auxiliar , que responda exclusivamente pela Comarca de São Benedito, tendo em vista o elevado número de processos, ora em tramitação, cujo montante atual é na ordem de 5.806.

Deve esta Corregedoria, em prazo razoável, retornar a unidade, para nova inspeção judicial, com o intuito de proceder verificação da atuação do magistrado à frente da Comarca de São Benedito.

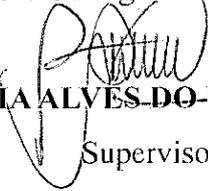
Por fim, foi entregue cópia deste relatório à Supervisora da Unidade , que, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve apresentar respostas as recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.



**FERNANDO TELES DE PAULA LIMA**

Juiz Corregedor Auxiliar



**ANTÔNIA ALVES DO NASCIMENTO COSTA**

Supervisora da Unidade